



LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

Ops! 1

Durante discurso na Câmara de Jundiá, na tarde de ontem, para a entrega da reforma administrativa, o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) se confundiu com o nome do gestor de Saúde. Ao invés de Wagner Vilela, falou Wagner Ligabó, justamente o único que não compareceu ao evento. Foi corrigido pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB).

Ops! 2

Para descontrair, o secretário de Finanças e Orçamento, José Antonio Parimoschi, disparou: "O Ligabó vai deixar o que estiver fazendo agora e vir para cá tomar posse", brincou. Outras brincadeiras também foram feitas com Fernando Souza, secretário de Negócios Jurídicos e Cidadania, que era conhecido nos bastidores como 'Ferrugem' e, agora, é chamado pelos companheiros de 'Foginho'.

Tudo azul

Durante a solenidade de ontem para a assinatura do protocolo de entrega da reforma administrativa, na Câmara de Jundiá, o entrosamento entre os vereadores ficou claro ou em vários tons. A cor azul, símbolo do PSDB, estava presente nas tonalidades das camisas dos vereadores. Somente Marcelo Gastaldo (PTB), que vestia camisa branca, e Cristiano Lopes (PSD) destoaram do conjunto.

Contra pichação

O presidente da Câmara de Itupeva, Eri Campos (PSB), criou a lei contra a pichação para punir quem for flagrado pichando muros públicos ou privados. O projeto foi aprovado por unanimidade de votos. A partir da sanção do Executivo, todo ato de riscar, desenhar, escrever ou bonar é considerado pichação. A lei prevê multa de R\$ 1 mil em caso de muros públicos ou privados, além do ressarcimento das despesas de restauração do bem pichado.

Contas de Várzea

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aprovou as contas anuais do exercício de 2014 do prefeito de Várzea Paulista, Juvenal Rossi (PV). O ato de a gestão municipal ter colocado em ordem os pagamentos previdenciários (FUSSBE - Fundo de Seguridade Social e de Benefícios Dos Funcionários Públicos de Várzea Paulista) também foi ressaltado no parecer favorável emitido pelo TCE-SP, segundo o advogado Carlos Callado.

Carnavalesco

O vereador Cristiano Lopes (PSD), um apaixonado por Carnaval, já tem compromisso marcado para este final de semana. Na sexta-feira, irá participar do Bloco do Sandi e, no sábado, vai assumir seu posto na Bateria Azul e Branco do Clube Jundiáense. "O Carnaval é uma festa popular. O povo vai. É preciso pensar sobre o assunto, já que os blocos estão ganhando corpo na cidade, e os clubes perdendo espaço."

► CÂMARA DE JUNDIÁ

Projeto já é de conhecimento dos vereadores; intenção do Executivo é iniciar contratações imediatamente

Reforma chega e votação será na próxima semana

LUCIANA MÜLLER
lmuller@jj.com.br

O projeto de lei que trata da reforma administrativa da Prefeitura de Jundiá foi entregue à Câmara Municipal na tarde de ontem, mas o tema já é de conhecimento dos vereadores. O calhamaço de folhas foi assinado pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB). Por não ter sido lida na sessão ordinária de terça-feira, a proposta terá de ser votada em sessão extraordinária, ainda na próxima semana.

"Nas últimas três terças-feiras, os vereadores se reuniram no Paço para acompanhar o projeto. Então, podemos dizer que há mais de 30 dias o assunto já é discutido e estudado por eles", comentou o prefeito, ao iniciar a solenidade de entrega do documento. Ainda segundo Luiz, o jurídico da Câmara acompanhou de perto e auxiliou para que o projeto não tivesse pontos considerados inconstitucionais.

A reforma, além de diminuir o número de cargos comissionados, irá proporcionar economia de, no mínimo,



DUPLA TUCANA Prefeito Luiz Fernando entregou projeto da reforma ao presidente da Casa, Martinelli; sessão extra vai votar texto

R\$ 10 milhões ao ano. O texto reduz 125 cargos comissionados dos atuais 451, o que contempla corte de cerca de 30%. Do total de vagas disponíveis, pelo menos 20% serão ocupadas por servidores de carreira. "Vamos valorizar os servidores. O critério para a esco-

lha será técnico", comenta o prefeito, afirmando que, entre os 94 nomeados desde o início do mandato, 37 são servidores de carreira, o que totaliza 40%.

O número total de cargos comissionados que serão ocupados por servidores não foi

informado pelo chefe do Executivo. O tucano ainda adiantou que, para as vagas abertas com esse remanejamento, poderá - em havendo disponibilidade de concursos ainda em vigor -, ocorrer chamadas de candidatos classificados, assim que a cidade atingir o

equilíbrio financeiro. O custo da folha de comissionados com os 451 cargos é de R\$ 54,7 milhões/ano.

O secretário de Finanças e Orçamento, José Antonio Parimoschi, afirma que não haverá reajustes nos salários dos cargos comissionados, que passarão a ser denominados como DACs (Direção, Assessoramento e Chefia). "Os valores são os mesmos que eram praticados no ano passado. Não sofreram reajustes em nenhuma das classes", sentenciou.

Votação

Segundo o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), a votação será realizada em uma sessão extraordinária, que será convocada durante a sessão ordinária de Quarta-feira de Cinzas (1º de março). "A votação não pode acontecer na sessão ordinária porque o projeto não chegou no prazo. Como a proposta já está sendo estudada há algumas semanas, os vereadores já estão cientes. Trabalhamos bem para a construção de um projeto constitucional. O trâmite será passar pelos conselhos Financeiro e Jurídico, além das comissões, antes de ser votado", salientou.

► NO STF

Senado aprova Alexandre de Moraes como novo ministro

O ministro da Justiça licenciado Alexandre de Moraes, 49, teve seu nome aprovado nesta quarta-feira para ocupar a vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) deixada por Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo no início deste ano.

Em votação secreta, os senadores aprovaram Moraes em plenário por 55 votos a favor e 13 contra, sem abstenções. Eram necessários ao menos 41 votos. A data da posse de Alexandre de Moraes será definida pela presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

Filiado ao PSDB até o momento em que foi indicado pelo presidente Michel Temer para a vaga, Moraes foi secretário da Segurança Pública de São Paulo.

Viu seu nome envolvido em uma série de polêmicas, mas foi aprovado por 19 votos a 7 na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), após 11 ho-

ras e meia de sabatina na terça-feira (21).

Ao longo da terça, Moraes revelou mais de seu lado político que de seu conhecimento jurídico ao ser sabatinado para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Foi interrogado por 32 senadores e deixou o Senado ignorando perguntas dos jornalistas.

Aos senadores, disse que agirá "absolutamente capaz de atuar com absoluta imparcialidade e neutralidade" em relação às investigações da Lava Jato no STF.

Moraes será revisor na Corte dos processos relacionados à Operação Lava Jato, que tem como alvos alguns dos senadores que o aprovaram nesta manhã, caciques do partido ao qual era filiado e integrantes do governo do qual fez parte até a indicação.

Para a oposição, Temer indicou Moraes ao STF justamente para blindar o governo da in-

vestigação. Ele negou reiteradas vezes que suas relações anteriores influenciarão seu comportamento como ministro da Suprema Corte. Moraes negou que haja um "desmonte" da operação, que tem como alvo 9 dos 51 senadores que integram a CCJ, e disse que os delegados que deixaram a força-tarefa da operação o fizeram por vontade própria.

Na terça-feira, diante dos senadores, Moraes abriu mão de sua postura normalmente combativa e polêmica. Não travou nenhum embate duro.

Também não se aprofundou tecnicamente em quase nenhuma questão. Preferiu uma abordagem mais conciliadora dos temas e fez acenos até mesmo a temas mais progressistas, como causas indígenas e direitos LGBT, na tentativa de criar uma vacina para seu perfil conservador.

Abdicou, porém, de se posicionar sobre assuntos como a



SABATINA Alexandre de Moraes com Eduardo Braga (PMDB-AM), que relata a indicação

descriminalização das drogas e do aborto, alegando que são questões que ainda serão analisadas pelo STF.

Para evitar desgaste à sua imagem, Moraes passou rapidamente pelas principais polêmicas. Após conversas com senadores, principalmente do PSDB, ele sabia e se preparou para responder a cada tema que poderia parecer espinhoso ao longo da sabatina.

Negou ter advogado para a facção criminosa PCC (Pri-

meiro Comando da Capital) e rechaçou a acusação de ter copiado em um livro trechos de uma obra do jurista espanhol Francisco Rubio Llorente, como mostrou a Folha de S.Paulo.

Ele não abordou sua relação com o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso em Curitiba, para quem advogou, nem a sabatina informal a que foi submetido no barco do senador Wilder Moraes (PP-GO). (Folhapress)

Em carta, Serra pede demissão de ministério

O ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB-SP), pediu demissão do cargo ontem à noite. Na carta enviada ao presidente Michel Temer, Serra disse que decidiu deixar a pasta "em razão de problemas de saúde". O tucano estava no cargo desde maio de 2016, quando Temer assumiu como presidente em exercício. Serra é senador por São Paulo e tem mandato até 2022. Ele havia se licenciado para assumir o Itamaraty. Ao longo do período em que ocupou o

Ministério das Relações Exteriores, Serra se envolveu em polêmicas, como quando determinou o envio de uma circular a embaixadores em todo o mundo para rebater a tese da ex-presidente Dilma Rousseff de que ela foi vítima de um "golpe" no processo de impeachment. Na carta, ele não especifica os problemas de saúde que enfrenta. Em dezembro do ano passado, o então ministro foi submetido a uma cirurgia na coluna no Hospital Sírio-Libanês. (Das Agências)

Defesa de Cunha tem pedido negado sobre transferência para sede da PF

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), negou pedido feito pela defesa do ex-deputado Eduardo Cunha para que ele fosse transferido do Complexo Médico-Penal de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, para a carceragem da sede da Polícia Federal na capital paranaense. Cunha foi transferido da carceragem da PF para o Complexo Médico-Penal em dezembro, por ordem do juiz

federal Sérgio Moro. No mesmo despacho, no entanto, o magistrado determinou que Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS, e João Cláudio Genu, ex-tesoureiro do PP, permanecessem na sede da PF, para facilitar o deslocamento para audiências na Justiça e oitivas em inquéritos. No pedido feito ao STF para suspender a transferência, a defesa de Cunha alegou que Moro estaria dispensando um tratamento mais rígido ao

ex-deputado e que a ida para o Complexo Médico-Penal teria o objetivo de pressioná-lo a celebrar acordo de colaboração premiada com a Justiça, devido às piores condições carcerárias. Ao negar a suspensão da transferência, Fachin ressaltou que, ao ter o mandato cassado pela Câmara dos Deputados, Cunha perdeu a prerrogativa de foro no STF, não cabendo mais à corte apreciar os pedidos do ex-deputado. (Folhapress)